

LUIZ GARCIA

Briga feia

O Legislativo, como o seu próprio nome impõe, tem a missão de criar leis. Visitantes de outros planetas podem imaginar algo diferente: que Senado, Câmara dos Deputados e assembleias estaduais e municipais existem, principalmente, para fazer discursos e conseguir boas posições na máquina administrativa para parentes e compadres.

O Supremo Tribunal Federal, que não é de outra galáxia, parece carregado de boas razões ao cobrar dos senadores um pouco mais de

atenção nas tarefas legislativas. Os ministros deram aos senadores um prazo mais do que suficiente — foram quase três anos — para cuidar de um assunto obviamente importante: determinar novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. É um dinheiro que faz parte obviamente importante dos orçamentos estaduais. O prazo ia até 31 de dezembro do ano passado e a lei não saiu do Senado.

O STF, aparentemente com boas razões, botou a boca no trombone. Segunda-feira passada, o presidente interino do tribunal, Ricardo Lewandowski, estipulou um prazo de cinco dias para que o Legislativo explicasse a falta de atenção no serviço. A primeira reação do presidente do Senado, José Sarney, foi subir nas ta-

manças, dizendo que o tribunal não deveria se meter em assuntos internos do Legislativo.

Depois, o senador abrandou o discurso: “Não digo que o Supremo tenha se precipitado, digo apenas que procuramos cumprir a decisão do tribunal, mas não tivemos condições de chegar a uma conclusão. No fim do ano, quase chegamos a um acordo, mas não conseguimos votar.” É uma curiosa explicação: três anos parecem, pelo menos para o pessoal da plateia, ser tempo mais do que suficiente para o Legislativo

Sarney ficou devendo um relato sobre os motivos que impediram a votação

chegar a uma decisão sobre uma questão técnica de distribuição de recursos. Sarney ficou devendo um relato sobre os motivos que impediram a votação. Numa resposta enviada ao STF, os senadores alegam que o tribunal deu muito pouco tempo para a aprovação da nova lei.

Por enquanto a briga feia entre ministros e senadores não prejudicou as administrações estaduais: o Executivo continua a repassar as verbas aos estados, baseado em um parecer do Tribunal de Contas da União. Mas é uma solução provisória, que não dispensa um acordo entre o Congresso e o Supremo.

Parece ter razão a ministra Ideli Salvatti, quando diz que “a disputa político-partidária não pode impedir que as coisas sejam realizadas”. ●

NELSON MOTTA

Mensalão, o musical

Com grandes espetáculos, cenários luxuosos, elencos competentes e salas lotadas em longas temporadas, os musicais se tornaram o sucesso do momento no teatro brasileiro. Em tese, qualquer tema pode inspirar um musical, bastam boas músicas e letras e uma historinha para costurar tudo. Até o mensalão daria um musical.

A abertura seria a cena verídica, relatada por José Casado, do encontro de Lula e Zé Dirceu com Roberto Jefferson para celebrar o acordo do PT com o PTB. Com bons vinhos e largos sorrisos, eles chegam para o jantar festivo na casa de Jefferson. Depois do lauto repasto, dos risos e das garrafas vazias, passam à biblioteca para o café, conhaque e charutos.

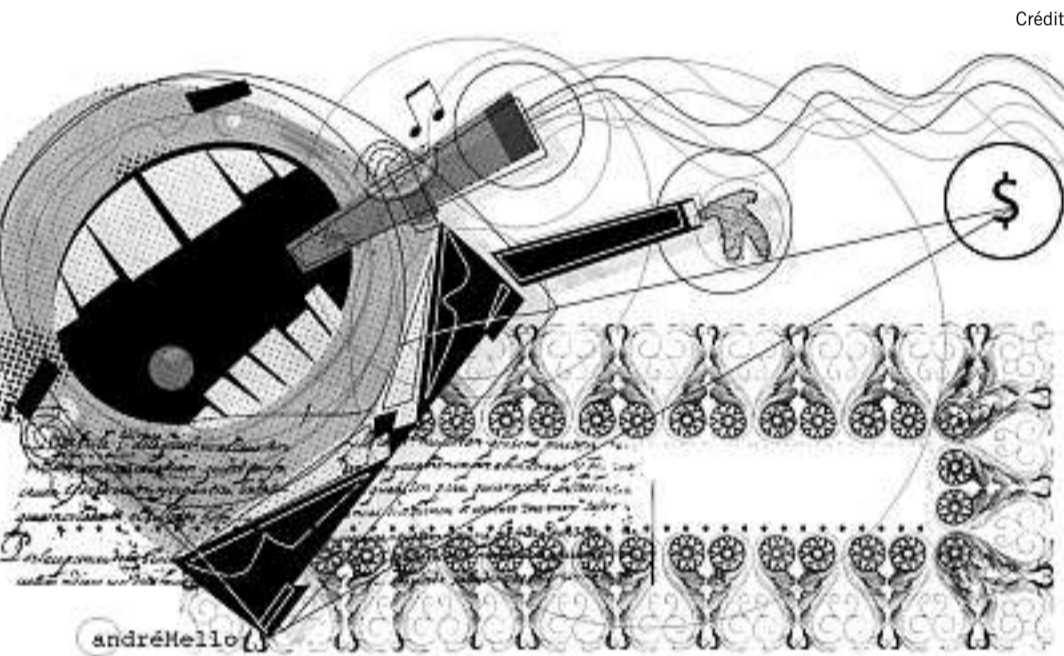
Desabado no sofá vermelho, com o olhar já meio turvo, Lula é surpreendido por Jefferson, que começa a cantar acompanhado ao piano por sua professora de canto lírico:

“Eu sei que vou te amar/ por toda a minha vida eu vou te amar/ Em cada despedida eu vou te amar/ desesperadamente eu sei que vou te amar..”

Os convidados emudecem, a voz do barítono ressoa na sala, com gestos largos e interpretação grandiosa, olho no olho de Lula, Jefferson canta a música inteira com intensa emoção e termina com a voz embargada, enquanto uma lágrima furtiva rola pela face de Lula.

Trinta políticos de vários partidos, com ternos brilhantes, gravatas medonhas e cabelos acaju, invadem a cena cantando e dançando para Lula e Jefferson: “Ei você você aí/ me dá um dinheiro aí/ me dá um dinheiro aí/ me dá um dinheiro aí/”

Segue dueto de Jefferson e Zé Dirceu em “Vou festejar”:



Crédito

Políticos com ternos brilhantes, gravatas medonhas e cabelos acaju invadem a cena cantando para Lula e Jefferson: “Ei você você aí/ me dá um dinheiro aí/ me dá um dinheiro aí”

Jefferson: “Chora, não vou ligar/ chegou a hora/ vais me pagar/ pode chorar, pode chorar.”

Dirceu: “É o teu castigo/ brigou comigo/ Sem ter por quê.”

Jefferson: “Eu vou festejar/ vou festejar/ o teu sofrer/ o teu penar.”

Os dois juntos: “Você pagou com traição/ a quem sempre lhe deu a mão.” (bis)

Dirceu canta “Segredo”, de Herivelto Martins, para Jefferson: “Teu mal é comentar o passado/ ninguém precisa saber do que houve entre nós dois/ o peixe é pro fundo das redes/ segredo é pra quatro paredes/ primeiro é preciso julgar pra depois condenar.”

Joaquim Barbosa bate o martelo. Blackout. ●

Nelson Motta é jornalista

Mudar, mas sem mudar de lado

JORGE VIANA

Superado o contencioso que o país viu em 2012, com parte da mídia e a oposição fustigando o governo e o PT, é chegada a hora de aprofundar a política de crescimento econômico e inclusão social inaugurada há dez anos por Lula.

Apesar do ambiente falsamente conturbado, com intrigas sobre supostos apagões e descabros administrativos, 2013 começa com o reconhecimento da maioria da população para os acertos de Dilma Rousseff. Nas últimas pesquisas, seus índices de aprovação ultrapassaram 70%.

Isso é resultado do estágio de desenvolvimento do país. O desemprego está baixo, os juros continuam em queda — no menor patamar da história — e a confiança do brasileiro permanece alta. A arrecadação bateu recorde: R\$ 1,029 trilhão.

Além disso, o país está na vitrine do mundo, atraindo investimentos. Pesquisa da PricewaterhouseCoopers revela que o Brasil é o terceiro mercado mais importante, atrás de EUA e China. Além

disso, 44% dos empresários brasileiros estão confiantes na perspectiva de crescimento da economia nacional. O país é o 4º em percepção positiva, atrás da Rússia (66%), Índia (63%) e México (62%).

Dilma fez certo ao mudar a agenda, andando pelo país e ampliando o diálogo com o setor produtivo. Nos últimos 15 dias, abriu as portas do Planalto para receber empresários. Na semana passada, um banqueiro anunciou investimentos de R\$ 5 bilhões. O país continua um porto seguro.

Isso acontece no momento em que o Brasil vê Lula de volta à política. Apesar da disposição de alguns em manter ataques, a recuperação da saúde deixou Lula disposto a fazer aquilo em que é mestre: política. Diferente de outros partidos que têm vergonha e escondem seus líderes, o PT não esconde os nossos.

A liderança de Lula é reconhecida pelo povo e chefes de Estado. Seu desejo é manter a colaboração com Dilma, aprofundando a participação popular no processo político para coroar a reeleição dela em 2014.

Aliás, bendita hora em que o PT — o partido com

a preferência de 24% da população, de acordo com o Ibope — tem à disposição dois líderes capazes de manter serenidade para acelerar a trajetória de desenvolvimento traçado há uma década. Criador e criatura estão mais próximos do que nunca.

A oposição precisa mais do que de torcida. Necessita de um projeto para convencer a população a deixar o rumo consagrado nas urnas. Foram os governos do PT que derrubaram a taxa de desemprego de 10,5% em 2002 para 4,7% em 2011.

Nesse período, Lula e Dilma baixaram os juros de 25% para 7,5%. E conseguiram alavancar o salário mínimo de US\$ 56 para US\$ 306. Quem melhorou a vida da imensa maioria dos brasileiros, tirando 40 milhões de pessoas da pobreza, não foram aqueles que estiveram antes no governo, mas Lula e Dilma.

Aprendi com um poeta amazônica que nem sempre precisamos de um novo caminho, mas de uma nova maneira de caminhar. O governo e o partido precisam fazer correções e mudar, mas sem mudar de lado. O caminho é longo. ●

Jorge Viana é senador (PT-AC)

A disputa pelos lotes urbanos

MELHIM NAMEM CHALHUB

Em tempos de polêmica sobre ativismo do Judiciário versus imobilismo do Legislativo, é oportuno lembrar que o Supremo Tribunal Federal decidirá proximamente questão suscitada pelo Ministério Público do Distrito Federal sobre a legislação municipal relativa à implantação de condomínios de lotes de terreno.

Questiona-se a obrigatoriedade, ou não, de a matéria ser regulada pelo plano diretor da cidade. Pouco importando o desfecho da demanda, o que interessa é que lei federal estabeleça as diretrizes gerais a serem seguidas pelos municípios. Projeto existe, e já tramita na Câmara há mais de uma década.

Para se avaliar a gravidade do problema, lembre-se que o isolamento de conjuntos imobiliários surgiu em meados do século passado, apelidado de “loteamento fechado”, e seu propósito é suprir a deficiência de serviços públicos; por essa forma, os moradores cercam a área, assumem os serviços de limpeza, conser-

vação e segurança.

A prática é irregular, cria guetos que obstruem o fluxo viário, asfixia a cidade e é fator de aumento da desordem urbana. Além disso, estimula o litígio entre vizinhos e abarrota o Judiciário com demandas relativas à cobrança de contribuições. São tão graves esses problemas que o Supremo Tribunal Federal qualificou a questão como matéria de repercussão geral, isto significando que os efeitos do processo judicial extrapolam o interesse das partes litigantes e atingem toda a sociedade.

A desordem resultante dessa prática é de tal magnitude que reclama urgente proibição do “fechamento” de loteamentos e a pronta regulamentação da implantação de condomínios de lotes, pois esta é a alternativa legalmente adequada ao “fechamento”.

É que na estrutura do loteamento, as ruas e demais áreas são de domínio público e, assim, os donos dos lotes são proibidos de se apropriar delas, não podendo também impedir o acesso dos cidadãos em geral — enquanto na estrutura legal do condomínio, diferentemente, as vias de circu-

lação e outras áreas internas são de propriedade dos titulares de lotes, que, sendo proprietários dessas áreas, têm o direito exclusivo de fruição desses espaços e poder de impedir o acesso de estranhos; além disso, são obrigados por lei a pagar os custos de conservação, segurança etc.

Algumas administrações municipais já vêm processando essa adaptação, mas de maneira errática e assimétrica, circunstância que recomenda seja a matéria sistematizada em lei federal que estabeleça critérios gerais para todo o país, com as travas necessárias à preservação ambiental e os critérios de articulação entre os condomínios e a estrutura do bairro e da cidade, entre outros requisitos que assegurem a realização das funções urbanas.

Ante a gravidade do problema, o que se espera é que o Congresso Nacional se ponha em movimento e regulamente esta matéria com urgência, não mesmo para que um eventual imobilismo não dê causa a mais um episódio de ativismo judicial. ●

Melhim Namem Chalhub é advogado

Sem racionamento

MAURICIO T. TOLMASQUIM

Não há razão para se temer o desabastecimento de energia elétrica no país. Afinal, a atual situação de equilíbrio estrutural do sistema elétrico foi conquistada com a retomada do planejamento, a partir da instituição do Novo Modelo, em 2004. Vamos aos fatos.

Em fins de 2011, o Sistema Interligado Nacional (SIN) superou 105 mil MW, instalados em hidrelétricas (77%), termelétricas e fontes alternativas. Nesse ano, a carga atendida foi de 56.000 MW médios. Isto significa capacidade de geração suficiente para atender às necessidades do mercado.

Durante a maior parte do ano produzimos energia a partir da água, sem consumir combustível. Esta é uma excelente vantagem que temos em relação a outros países. Em tempos de pouca água, acionamos as termelétricas, de operação mais custosa porque funcionam à base de combustível fóssil. No entanto, não existe almoço grátis. Não se pode querer ao mesmo tempo segurança de abastecimento, hidrelétricas

Planejamento permitirá equilíbrio do mercado e da matriz elétrica

sem reservatórios e, além disto, não pagar pelo despacho de termelétricas quando necessário.

De 2001 até 2011 foram instalados no SIN mais de 11.200 MW de termelétricas convencionais (não contando aí nuclear e biomassa). Um aumento de 223%!

No passado, a falta de planejamento levou ao racionamento em 2001 justamente pela inexistência de termelétricas (e de outras fontes) em quantidade para atender à demanda quando não houve água suficiente.

Da capacidade instalada em 2001, as termelétricas convencionais representavam 7%; em 2011, este percentual superou 15%. A “correria” de 2001 levou ao aluguel intempestivo, por pouco tempo, de termelétricas emergenciais, a diesel e óleo combustível, caras e poluidoras. A partir do novo modelo, as termelétricas passaram a ser licitadas via leilão e com contratos de longo prazo e custos menores.

Na transmissão, a capacidade instalada cresceu 55% entre 2001 e 2011. Foram construídos, em média, 4.000 km de linhas por ano, contra a média anual de apenas 1.000 km antes de 2001. Além disso, em 2001 sobrava energia na Região Sul do país. Por falta de planejamento e de investimentos em transmissão, essa energia não pôde ser enviada ao Sudeste. De lá para cá, a capacidade de intercâmbio de energia entre o Sul e o Sudeste aumentou 80% e os limites de transferência para o Nordeste ampliaram-se em 2,5 vezes.

Em 2013 o setor deverá quebrar dois recordes: o da maior capacidade de geração e a maior extensão de redes instaladas em um ano no Brasil. Até o final de dezembro está prevista a incorporação de 9.000 MW de capacidade nova de geração e de mais de 8.000 km de linhas de transmissão.

De 2004 para cá, o planejamento do setor elétrico é, sim, o responsável pelo crescimento da capacidade de geração, pelo aumento da potência termelétrica, pela forte inserção da biomassa e da energia eólica na matriz energética brasileira, pela expansão da transmissão e pelo atendimento adequado do consumo adicional. Enfim, pelo equilíbrio estrutural do mercado e pela sustentabilidade da matriz elétrica. ●

Maurício T. Tolmasquim é presidente da Empresa de Pesquisa Energética